

# Uma Análise dos Pedidos de Acesso à Informação Encaminhados a uma Instituição de Ensino Superior

## An Analysis of Information Access Requests Forwarded to a Higher Education Institution

Daniel Fernando Carossi<sup>1</sup>, José Gilson de Almeida Teixeira Filho<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, São Miguel do Oeste, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

Correspondência: Daniel Fernando Carossi, Endereço: Rua 22 de Abril, nº 2440, São Miguel do Oeste – SC, E-mail: [daniel.carossi@gmail.com](mailto:daniel.carossi@gmail.com).

Recebido: 08 de outubro de 2016 Aceito: 20 de dezembro de 2016 Publicado: 01 de maio de 2017

DOI: 10.21714/1679-18272016v14Esp2.p255-264

### Resumo

A Lei de Acesso a Informação - LAI, sancionada em 2011, regulamenta o direito de acesso à informação e estabelece prazos para os órgãos públicos atenderem as solicitações de informação da sociedade. No mesmo ano da publicação da lei, o país dá um importante passo com a participação na Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership), assumindo compromissos de ampliar a transparência. Juntamente como a LAI e a parceria assumida, vem ganhando destaque no âmbito governamental o conceito de "Dados Abertos", que tem com uma de suas premissas a disponibilização de dados públicos atuais e relevantes para a sociedade. Tendo em vista a importância do tema e os recentes instrumentos normativos publicados no país, o presente trabalho visa realizar uma investigação em uma instituição de ensino superior abordando os assuntos mais demandados pela sociedade por meio dos pedidos de informação. O objetivo do trabalho foi investigar os temas mais solicitados para que sejam priorizados durante a elaboração do Plano de Dados Abertos, em atendimento ao Decreto 8.777, de 11 de maio de 2016. Por intermédio de análise com a metodologia qualitativa Grounded Theory, "Teoria Fundamentada em Dados", foram identificados os principais temas solicitados pela sociedade e apresentados como resultado desse trabalho.

**Palavras-chave:** Transparência Pública, Lei de Acesso a Informação, Dados Abertos, Grounded Theory.

### Abstract

The Access to Information Act - LAI, enacted in 2011, regulates the right of access to information and sets deadlines for public agencies to respond to the society information requests. In the same year the law was published, the country took an important step forwards to be part of the Open Government Partnership, making commitments to increase transparency. Together with LAI and the established Partnership, the concept of "Open Data" is gaining prominence in the government sphere, which has as one of its premises to provide current and relevant public data to society. Given the importance of the issue and the recent regulatory instruments published in the country, this paper aims at conducting a research in a higher education institution, approaching the most demanded issues by society through requests for information. The objective of this study was to investigate the most requested topics to be prioritized during the preparation of the Open Data Plan in agreement with Decree 8777 of May 11th, 2016. Through analysis that used the qualitative methodology Grounded Theory, it was identified the main themes requested by the society and presented as a result of this work.

**Keywords:** Public Transparency, Access to Information Act, Open Data, Grounded Theory.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0.

### 1. Introdução

Com a entrada em vigor da Lei nº 12.527 de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), instituições públicas federais, estaduais e municipais passam a ser obrigadas a disponibilizar informações públicas de forma ativa à sociedade. A lei regulamenta direitos já assegurados na Constituição Federal. Em seu artigo 8º, ela destaca que as informações de interesse coletivo ou geral devem ser, obrigatoriamente, disponibilizadas nos sites das instituições. Essas informações devem ser publicadas para atender propósitos gerais, permitir o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, bem como ser estruturadas e acompanhadas de metadados, legíveis por máquinas autênticas, íntegras e atualizadas (BRASIL, 2011).

Uma das finalidades da Lei de Acesso a Informação é ampliar o nível de democratização e transparência da coisa pública, permitindo que a sociedade possa demandar informações aos órgãos públicos sobre assuntos de interesse coletivo ou particular. Além disso, a lei evidencia o conceito de “Governo Aberto”, cujo objetivo é disponibilizar à sociedade informações para consulta de forma livre.

O Brasil tem avançado muito em relação à transparência pública. Como prova disso, pode-se destacar o compromisso firmado em 2011 com a Parceria para o Governo Aberto – OGP (do inglês, Open Government Partnership). Essa parceria exige que os países participantes assumam compromissos denominados como Planos de Ação, os quais abordam propostas e ações desenvolvidas pelo país para ampliar a transparência, prestação de contas – accountability –, participação cidadã e inovação. (OGP, 2011). Em decorrência ao compromisso assumido, leis, portarias e decretos foram sancionados no país para orientar a publicação de informações e aumentar a quantidade de dados disponibilizados para a sociedade.

Segundo apontamentos do Escritório Brasileiro do Consórcio World Wide Web - W3C, “[...] Apenas liberar os documentos não torna eficaz o processo de publicidade dos dados, pois manipular a enorme quantidade de documentos gerados pelo governo pode tornar bem difícil a tarefa.” (W3C, 2011, p. 18). Entretanto, no Brasil, apesar das iniciativas adotadas pelo governo para disponibilizar informações públicas, “[...] a sociedade ainda enfrenta dificuldades em obter os dados em formatos adequados para serem analisados”. (W3C, 2011, p. 29). Nesse mesmo contexto, Zorzal et al. (2015) ressalta que:

Cabe desse modo, às instituições públicas **identificar aquilo que é mais demandado pela sociedade e disponibilizar proativamente** na Internet e/ou outros meios, a fim de facilitar que os stakeholders encontrem essa informação evitando custos para ambas as partes (ZORZAL et al., 2015, p. 20, grifo nosso).

Tendo em vista o assunto abordado e a importância da transparência para o desenvolvimento do Estado, o objetivo deste trabalho é apresentar um estudo das demandas de informações demandadas pela sociedade, a uma instituição de ensino superior (IES), avaliando os pedidos de informação registrados no Sistema Eletrônico do Serviço de Acesso a Informação do Governo Federal (e-SIC) dos últimos quatro anos. O estudo buscou, por meio de uma análise qualitativa, aplicar a metodologia Grounded Theory, “Teoria Fundamentada em Dados”, para identificar os temas solicitados, permitindo assim identificar um conjunto emergente de informações a serem priorizadas nos Planos de Dados Aberto (PDA), bem como contribuir na ampliação do rol de informações publicadas de forma ativa pelas instituições em conformidade com a Lei de Acesso à Informação.

## 2. Fundamentação Teórica

O Brasil tornou-se ano de 2011, “o 13º país na América Latina e o 91º país do mundo a conferir aos cidadãos os mecanismos concretos que asseguram o direito de acesso a informações públicas.” (MICHENER et al., 2014, p. 10). A LAI é um marco para a transparência brasileira, pois estabelece a obrigação das instituições públicas divulgarem informações de forma ativa, independente de solicitações da sociedade. Qualquer informação, como dados processados ou não, contidos em qualquer meio ou formato devem ser disponibilizados, produzida ou custodiada pela administração pública deve ser divulgada (BRASIL, 2011).

A LAI determina que instituições públicas disponibilizem informações e garantam o acesso das mesmas à sociedade. Como exigência, a lei estabelece um rol mínimo de informações a serem disponibilizadas obrigatoriamente pelas instituições em seus respectivos sítios, como destacado no artigo 8º:

- I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III - registros das despesas;
- IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e
- VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade (BRASIL, 2011).

Além da obrigação da disponibilização ativa de informações, as instituições necessitam atender demandas específicas originadas pela sociedade. Para isso, a LAI determina prazo de 20 dias para o atendimento dessas demandas, podendo ser prorrogado por mais 10 dias o atendimento aos pedidos de informações gerados pelos cidadãos. Todos os pedidos de informação são registrados no Sistema Eletrônico do Serviço de Acesso a Informação do Governo Federal (e-SIC), desenvolvido pela Controladoria Geral da União para atender as demandas e acompanhar os pedidos realizados pelos usuários.

No parágrafo 2º do artigo 8º, a LAI apresenta requisitos mínimos de atendimento e estabelece que os órgãos devem utilizar todos os meios e instrumentos disponíveis para proporcionar a divulgação de informações, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da instituição, contendo ferramentas de pesquisa que permitam o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. Cabe destacar

os incisos do parágrafo 3º que detalham (BRASIL, 2011):

[...]

II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso.

Mendel (2009) afirma que, além dos órgãos terem o dever de disponibilizar informações proativamente (transparência ativa) para a sociedade, cabe ao Estado adotar ações para garantir um canal direto de relacionamento com a sociedade para atender de forma específica (transparência passiva) as demandas da sociedade. A mesma afirmação é apresentada pela Cartilha de Acesso à Informação, elaborada pela Controladoria Geral da União (CGU, 2012), que define a transparência ativa como aquela em que “a Administração Pública divulga informações à sociedade por iniciativa própria, de forma espontânea, independente de qualquer solicitação”, enquanto a transparência passiva é aquela em que “a Administração Pública divulga informações sob demanda da sociedade” (CGU, 2012, p. 24).

Por essa perspectiva, Chignard (2013) salienta que o movimento de dados abertos contribui para a ampliação do acesso a informação e tenta uma completa inversão da lógica de disponibilização de informações. Ele menciona que informações e dados públicos devem ser publicados on-line antes mesmo de serem reivindicados por terceiros, como citado pelo conceito de transparência passiva apresentado acima. Nesse sentido o Decreto nº 8.777, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, publicado em 11 de maio de 2016, determina que as instituições da Administração Pública Federal (APF) elaborem Planos de Dados Abertos para disponibilizar à sociedade dados de interesse público. No primeiro inciso do artigo Art. 1º o Decreto destaca que às instituições da APF devem “promover a publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sob a forma de dados abertos” (BRASIL, 2016). Sendo assim, torna-se imprescindível a adoção de tecnologias e dados abertos para auxiliar na disseminação e publicação de informações públicas a sociedade.

Contribuir para a transparência pública e geração de conhecimento com informações governamentais são alguns dos principais objetivos dos dados abertos. O termo “dado aberto” surgiu pela primeira vez em 1995, em um documento de uma agência científica norte-americana, envolvendo a divulgação de dados geofísicos e ambientais. A filosofia por trás do conceito foi definida por pensadores e ativistas da internet em dezembro de 2007, na cidade de Sebastopol, norte de San Francisco. O grupo composto por 30 integrantes de movimentos livres construiu conceitos fundamentais para o contexto dos dados abertos, ou seja, que informações de propriedade pública devem ser disponibilizadas para a sociedade visando à fiscalização, participação e colaboração de todos (CHIGNARD, 2013).

Para o Open Definition (2015), dados abertos são aqueles que podem ser livremente utilizados, reutilizados e redistribuídos por qualquer pessoa, sujeitos, no máximo, à exigência de atribuição à fonte original e compartilhamento pelas mesmas licenças em que as informações foram apresentadas. Isotani e Bittencourt (2015) complementam que tanto pessoas físicas quanto jurídicas podem usar e redistribuir tais informações.

Para ser considerado aberto, o conjunto de dados deve seguir oito princípios. Ser: a) completo - quando todos os dados públicos estão disponibilizados; b) primário - quando são disponibilizados de acordo com sua forma original; c) atual - disponibilizados a sociedade de forma mais rápida possível; d) acessível - publicados para atender a demanda de um amplo público; e) processável por máquinas - quando disponibilizados de forma estruturada, possibilitando o processamento automatizado através de diversas ferramentas; f) de acesso não discriminatório - sem exigência de identificação para sua solicitação; g) de formato não proprietário - disponibilizados em formatos livres, sem limitações legais para seu uso, como JSON, XML, CSV, ODS e RDF; h) livre de licenças – quando dispensam licenças sobre direitos autorais. (OPEN KNOWLEDGE BRASIL, 2015). Neste sentido, Eaves (2009) acrescenta que: se o dado não pode ser encontrado e indexado na rede de computadores, ele não existe; se não estiver aberto e disponível em formato compreensível por máquina, ele não pode ser reaproveitado; se não for livre de utilização, ou seja, se houver restrição para seu uso, não pode ser considerado dado pertencente ao padrão aberto.

O objetivo da disponibilização de dados governamentais abertos é superar as limitações existentes para que usuários de informações do serviço público possam facilmente encontrar, acessar, entender e utilizar os dados públicos segundo os seus interesses e conveniências (DINIZ, 2010, p. 4).

Dessa forma, um dos pontos iniciais e fundamentais em todo o processo de abertura de dados públicos, está

ligado diretamente ao contexto da informação a ser disponibilizada, isto é, informação que seja de interesse da comunidade e que possa agregar um valor para o público consumidor (CHIGNARD, 2013).

### 3. Metodologia de Pesquisa

A metodologia empregada na pesquisa envolveu, inicialmente, uma revisão bibliográfica sobre temas ligados ao assunto. Gil (2008) relata a importância dessa revisão, pois permite que o pesquisador tenha acesso, de uma forma ampla, a um grande número de pesquisas fundamentadas em contribuições de diversos autores. Em um segundo momento, por meio de pesquisa documental, com os relatórios coletados por meio de uma pesquisa de campo, utilizou-se o método qualitativo Grounded Theory ou Teoria Fundamentada em Dados – derivada de dados coletados e analisados sistematicamente – (STRAUSS E CORBIN, 1998), para análise dos resultados. A pesquisa documental, segundo Gil (2008, p 50), “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Quando combinada com a análise por meio da Grounded Theory capacita o pesquisador a identificar e explicar as diferentes formas de comportamento e quais são as informações recorrentes ao longo do tempo.

A aplicação da metodologia foi realizada com dados dos pedidos de acesso a informação demandados a uma IES em virtude de sua contribuição social e do dever que ela tem para com a sociedade quanto à geração e transformação de conhecimento (OLIVEIRA et al., 2013). Para um melhor direcionamento do estudo foi utilizado o paradigma GQM (Goal-Question-Metric) (BASILI, ROMBACH, 1988).

Finalidade	Descrição
Analisar	pedidos de acesso à informação demandados via e-SIC
Com o propósito de	identificar
Em relação a	assuntos mais demandados pela sociedade
Do ponto de vista	qualitativo com a aplicação da metodologia <i>Grounded Theory</i>
No contexto de	uma instituição de ensino superior (IES) do estado de Santa Catarina.

**Tabela 1:** Objetivo do estudo qualitativo segundo o paradigma GQM

**Fonte:** o autor (2016)

Os dados da pesquisa foram analisados de acordo com as fases do processo de codificação sugerido por Strauss e Corbin (1998): codificação aberta (open coding) e codificação axial (axial coding). A codificação aberta compreende a etapa de análise e interpretação dos dados, na qual o pesquisador realiza a conceituação e categorização dos dados. Essa etapa tem por finalidade identificar propriedades do texto e associar a códigos na medida em que vão surgindo no contexto analisado. Nessa fase o pesquisador avalia minuciosamente os dados em busca de informações relevantes e incidentes no texto. Na etapa de codificação axial, o pesquisador realiza a associação/relacionamento entre as categorias e subcategorias, levando em consideração as propriedades e dimensões identificadas na codificação aberta. Como proposto por Strauss e Corbin (1998), essa associação pode ser definida por: condições causais, intervenientes, consequências e estratégias de ações ou interações. Na Tabela 2, é apresentada uma lista de conectores com base na linha proposta por Strauss e Corbin (1998) para auxiliar na compreensão dos dados.

Rótulo	Descrição
<i>is a</i>	O código-origem é um tipo, ou forma, do código-destino. É definido por um padrão de variação dimensional ao longo das propriedades da categoria (código-destino).
<i>is associated with</i>	O código-origem e o código-destino têm conceitos específicos relacionados
<i>is cause of</i>	O código-origem (condição causal) causa a ocorrência do código-destino.
<i>is part of</i>	O código-origem é uma parte que compõe juntamente com outras partes o código-destino.
<i>is property of</i>	O código-origem é propriedade de outro código-destino

**Tabela 2:** Descrição dos conectores

**Fonte:** adaptada de Conte et al. (2009)

As informações contidas nos pedidos passaram pela etapa de codificação aberta, momento em que trechos relevantes, demonstrados importantes para o estudo, foram relacionados a códigos. Nessa fase, os eventos ou incidentes foram agrupados em códigos para posterior análise e interpretação dos dados. Durante a análise dos pedidos de informação, criaram-se códigos relacionados ao contexto das solicitações nos quais os temas repetidos e relevantes foram considerados para compor o resultado desse estudo.

A próxima seção apresenta as etapas desenvolvidas para a aplicação do método e o processo utilizado para coleta

dos dados.

### 3.1. Etapas da pesquisa e coleta de dados

A execução da pesquisa envolveu as seguintes etapas:

- definição dos objetivos e seleção da metodologia de pesquisa;
- escolha de uma instituição de ensino superior para avaliação dos pedidos de acesso a informação;
- solicitação pelo pesquisador, via sistema de acesso à informação, aos pedidos de informação realizados pela sociedade;
- organização da informação para aplicação da metodologia;
- análise qualitativa com a aplicação do método para a identificação de categorias e códigos relevantes para o estudo;
- análise e apresentação dos resultados.

O pedido de acesso à informação foi realizado em 01 de julho de 2016, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) da respectiva instituição e teve como objetivo buscar informações de todos os pedidos realizados entre maio de 2012, data de implantação do e-SIC, a abril de 2016, abrangendo assim quatro anos de vigor da LAI e funcionamento do serviço de acesso à informação. Cabe ressaltar que o e-SIC é o sistema que gerencia e administra todos os pedidos de informação demandados aos órgãos públicos do Poder Executivo Federal. Ele permite que qualquer cidadão solicite informações e acompanhe o status de seu atendimento pela internet.

A solicitação de acesso teve como referência o Decreto 8.777 de 11 de maio de 2016, onde, em seu primeiro inciso do artigo Art. 1º, expõe a obrigação das instituições da esfera federal de “promover a publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sob a forma de dados abertos” (BRASIL, 2016).

A próxima seção apresenta o estudo e a análise qualitativa com a aplicação do método GT.

### 4. Análise dos dados

Com o retorno das informações solicitadas, teve início a etapa de análise qualitativa com a aplicação da metodologia GT. Para auxiliar nas análises e codificações das informações foi utilizado o software Atlas.ti.

A Figura 1 apresenta parte dos códigos gerados na etapa de codificação aberta que foram associados aos temas contidos nos pedidos de acesso à informação direcionada a IES.



**Figura 1:** Codificação Aberta

**Fonte:** o autor (2016)

Por meio da codificação aberta foram identificados os temas, os quais foram associados a códigos que permitiram categorizar e identificar os assuntos abordados nas solicitações. Várias análises e revisões foram realizadas com os códigos, observando o número de incidência dos temas nas solicitações. Por meio da codificação aberta foi possível identificar padrões para a criação e classificação de categorias. Os códigos identificados foram agrupados de acordo com suas similaridades, formando assim as principais categorias para a estruturação da pesquisa.

Na Figura 2 pode-se observar o modelo conceitual teórico gerado com a teoria fundamentada nos dados, *Grounded Theory*. Ao todo foram geradas cinco categorias principais: (1) [CA] Quadro de Servidores da Instituição, (2) [CA] Informações Institucionais, (3) [CA] Concurso Público, (4) [CA] Cursos, (5) [CA] Informações Administrativas e quarenta e dois códigos associados, relacionados aos temas contidos nas solicitações.

Todas as categorias ([CA]) têm relação direta com o rol mínimo de informações que devem ser disponibilizadas de forma ativa pela instituição apresentadas no artigo 8º da Lei de Acesso a Informação e fazem parte do resultado deste trabalho que é apresentar os temas mais relevantes para disponibilização em formatos de dados abertos pela instituição.

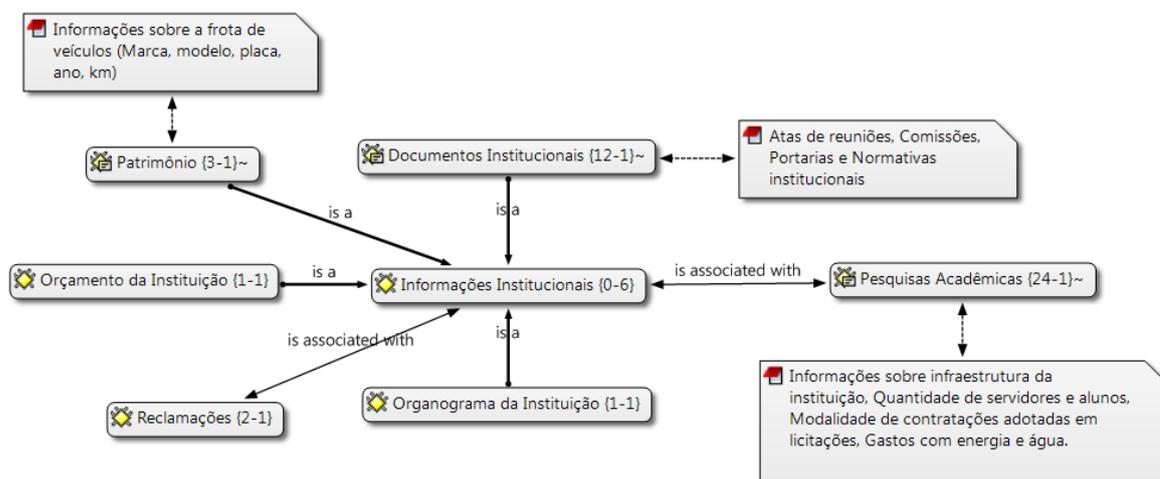


servidores, um código associado a “Escolaridade dos Servidores”, representado como parte da informação (*is part of*), e dois códigos associados diretamente com (*is associated with*) a área de atuação dos servidores, representados pelos códigos “Horário de Trabalho dos Servidores” e “Remuneração dos Servidores”.

Para fazer anotações e comentários de ideias que surgiram no decorrer do processo, foi utilizado o componente *memo*, que permite registrar informações acerca dos conteúdos e propriedades relevantes apresentados nos trechos analisados.

Na Figura 4, observa-se que a utilização do *memo* contribuiu para apresentar considerações importantes relacionadas à propriedade dos códigos gerados. A Figura apresenta como categoria principal o código “Informações Institucionais” com quatro subcategorias associadas, “Patrimônio”, “Orçamento da Instituição”, “Organograma da Instituição” e “Documentos Institucionais”. Este último possui doze incidências de solicitações dos cidadãos de acesso a documentos como atas de reuniões, servidores membros de comissões, portarias publicadas e normativas institucionais. O perfil solicitante dessa categoria de informação foram servidores públicos, profissionais autônomos, estudantes de graduação e pós-graduação e cidadãos interessados em pesquisas acadêmicas.

O código “Pesquisas Acadêmicas” apresentou a maior incidência dentro da categoria. Ao todo foram vinte e quatro temas associados, os quais abordaram informações referentes à infraestrutura, ao número de servidores, às modalidades de licitações, despesas com energia elétrica e água e informações referentes à formação e quantitativo de profissionais ligados ao setor de ouvidoria da instituição.



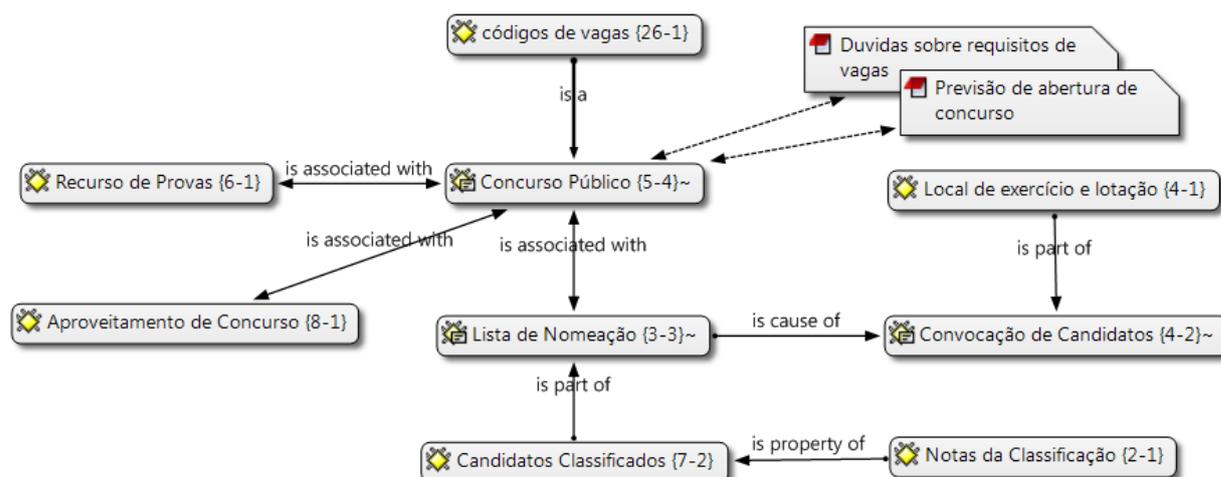
**Figura 4:** Categoria: Informações Institucionais  
**Fonte:** o autor (2016)

Algumas solicitações direcionadas ao órgão e associadas à categoria apresentada na Figura 4 não se referem a pedidos de acesso à informação, e foram associadas ao código “Reclamações”.

A categoria “Concurso Público”, apresentada na Figura 5, foi a que obteve mais pedidos associados: ao todo foram identificados oito códigos. Dentre eles, uma subcategoria: “código de vagas”, a qual teve pedidos realizados, em sua maioria, por cidadãos aprovados em concursos públicos e servidores públicos concursados, solicitando redistribuição.

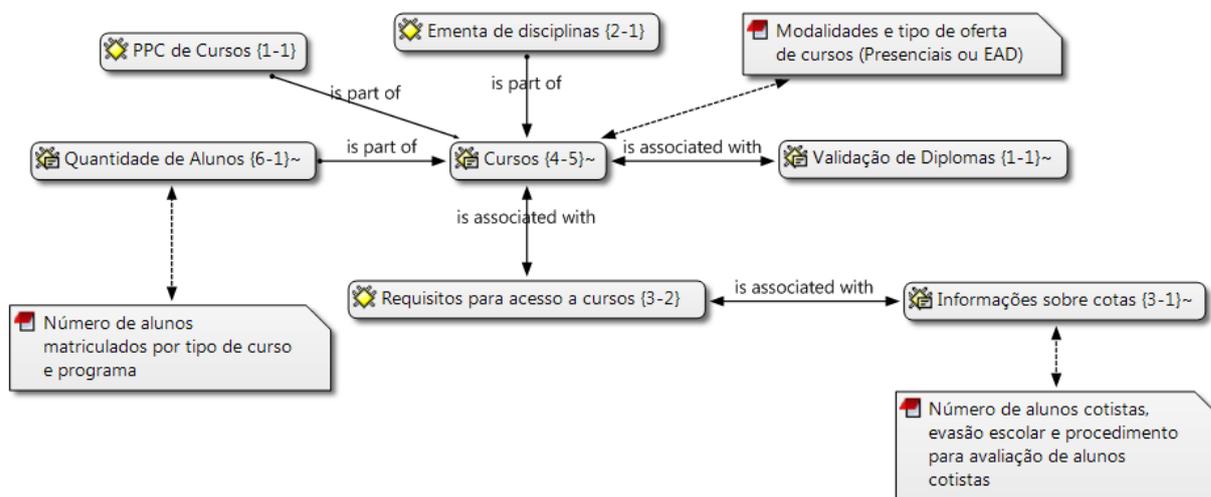
O código “Recurso de Provas”, associado à categoria principal, teve como tema das solicitações recursos e questionamentos acerca de questões específicas aplicadas em concursos públicos pela IES.

A categoria “Cursos”, apresentada na Figura 6, foi a que teve menos solicitações de informação demandadas pela sociedade. Tal informação permite inferir que o processo de divulgação de cursos ofertados pela IES vem atendendo de forma satisfatória à sociedade. Entretanto, quando se trata da disponibilização do número de alunos da instituição, percebe-se, nas solicitações de alguns cidadãos, que as informações não são encontradas, são conflitantes e os números não são atualizados com frequência. Tal afirmação contraria o princípio mencionado na LAI quanto à tempestividade de informações. O perfil dos solicitantes dessa categoria foram pesquisadores, professores e cidadãos.



**Figura 5:** Categoria: Concurso Público

Fonte: o autor (2016)



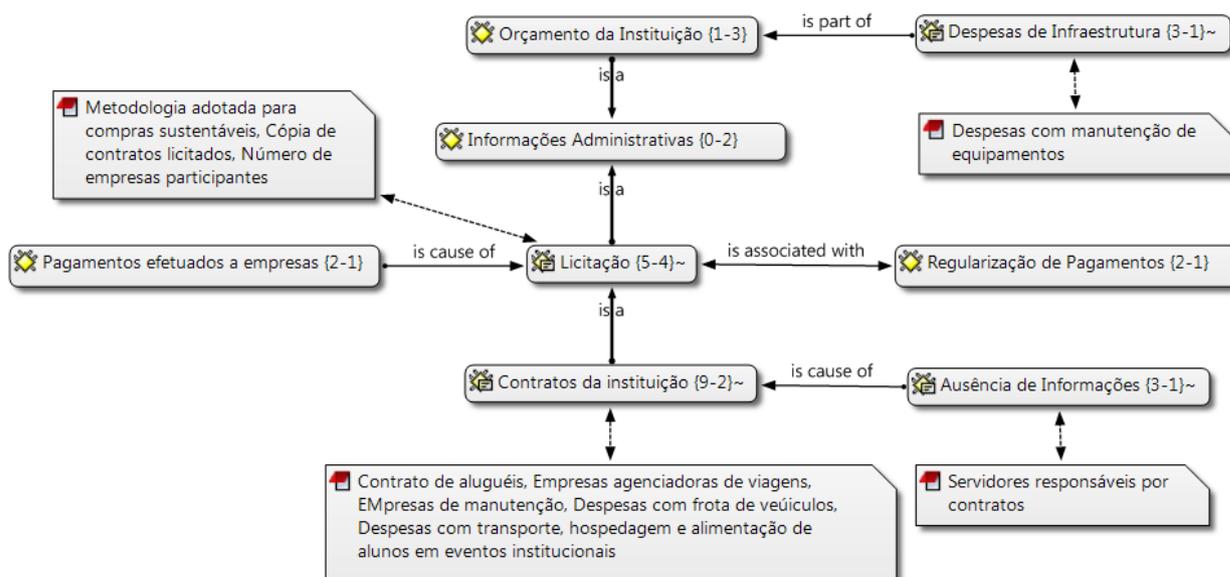
**Figura 6:** Categoria: Cursos

Fonte: o autor (2016)

Na Figura 7, apresenta-se a categoria “Informações Administrativas”. Nela, verificam-se duas subcategorias associadas: “Orçamento da Instituição” e “Licitação”. A primeira subcategoria possui como parte associada o código “Despesas de Infraestrutura”, onde os pedidos de informação são realizados com objetivos de obter esclarecimentos sobre despesas de manutenção com equipamentos. A segunda subcategoria possui três códigos associados: “Pagamentos efetuados a empresas”, “Contratos da Instituição” e “Regularização de Pagamentos”. Ressalta-se que os pedidos encaminhados à IES relacionados a licitações solicitaram a disponibilização de cópias de documentos licitatórios, quantidade de empresas licitantes e metodologia aplicada para modalidade de compras sustentáveis.

O código “Licitação” possui uma subcategoria associada, denominada de “Contratos da instituição”, que teve nove solicitações demandando informações a respeito de contratos de aluguéis da instituição, contratos de agências de viagens, contrato de empresas de manutenção, contratos com empresas de transporte e hospedagem. Como causa dessas solicitações, identificou-se, no contexto dos pedidos de informação, a sinalização dos cidadãos quanto à ausência dessas informações.

Esta categoria foi a que apresentou maior variedade no perfil dos solicitantes, dentre eles: servidores públicos, docentes, pesquisadores, jornalistas, empresários, estudantes e profissionais ligados a setores de auditoria.



**Figura 7:** Categoria: Informações Administrativas  
**Fonte:** o autor (2016)

## 5. Conclusões

Com base em um estudo qualitativo das solicitações de acesso à informação dos últimos quatro anos (maio de 2012 a abril de 2016) direcionados a uma instituição de ensino superior (IES), por meio da metodologia *Grounded Theory*, este trabalho pode identificar os temas mais demandados. Cabe destacar que seu objetivo foi analisar apenas o conteúdo das solicitações, e não avaliar se a instituição disponibiliza ou não tal informação em seu sítio web.

Com a aplicação do método, categorias e códigos foram identificados, fundamentados com base nos dados investigados. O estudo apresentou categorias principais que foram foco das demandas. Ao todo foram identificadas cinco categorias: (1) “Quadro de Servidores da Instituição” - onde os solicitantes buscaram informações sobre quantidade, escolaridade, área de atuação, remuneração e jornada de trabalho dos servidores; (2) “Informações institucionais” - com solicitações oriundas de estudantes interessados em pesquisas e documentos relacionados à instituição; (3) “Concurso Público” - com a maioria das solicitações partindo de cidadãos interessados em código de vagas disponíveis da instituição e redistribuição de servidores; (4) “Cursos” – com demandas relacionadas ao número de alunos e (5) “Informações Administrativas” – com demandas partindo de vários perfis de solicitantes, os quais demandaram informações sobre licitações, orçamento, despesas e contratos firmados com a instituição.

Como contribuições deste trabalho são apresentadas os temas mais demandados pela sociedade em forma de categorias e códigos. O resultado colabora para que a IES amplie a quantidade e qualidade das informações disponibilizadas à sociedade de forma ativa, em atendimento ao artigo 8º da Lei de Acesso à Informação. Além disso, proporciona uma base referencial de informações para auxiliar na elaboração do Plano de Dados Abertos de uma instituição de ensino superior.

## Referências

- BASIL, V. ROMBACH, H. **The Tame Project:** Towards Improvement-oriented Software Environments. *IEEE Transactions on Software Engineering* 14(6): 758-773, 1988.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 nov. 2011.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 maio. 2016.
- CGU. Controladoria Geral da União. (2012). **Cartilha de Acesso à Informação Pública:** Uma introdução a Lei n. 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011.
- CHIGNARD, S. (2013). A Brief Story of Open Data. **Paris Tech Review**. Disponível em: <<http://www.paristechreview.com/2013/03/29/brief-history-open-data/>> Acesso em: 24 fev. 2016.

CONTE, T. CABRAL, R. TRAVASSOS, G. H. (2009). Aplicando Grounded Theory na Análise Qualitativa de um Estudo de Observação em Engenharia de Software – Um Relato de Experiência. **Anais do 5º Workshop Um Olhar Sociotécnico sobre a Engenharia de Software (WOSES 2009)**, pp. 26-37.

DINIZ, V. **Como conseguir dados governamentais abertos**. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, III, **Anais**, Brasília, 2010.

EAVES, D. The three laws of open government data. **Eaves. ca**, v. 30, 2009. Disponível em: <<http://eaves.ca/2009/09/30/three-law-of-open-government-data>> Acesso em: 13 fev. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

ISOTANI, S.; BITTENCOURT, I. **Dados Abertos Conectados**. São Paulo: Novatec, 175 p. 2015.

MENDEL, T. **Liberdade de Informação: um estudo de direito comparado**, Unesco. 2009. Disponível em: <[http://portal.unesco.org/ci/en/files/26159/126398551119freedom\\_information\\_pt.pdf/freedom\\_information\\_pt.pdf](http://portal.unesco.org/ci/en/files/26159/126398551119freedom_information_pt.pdf/freedom_information_pt.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2016.

MICHENER, G.; MONCAU, L. F. M.; VELASCO, R. Estado Brasileiro e Transparência: Avaliando a aplicação da Lei de Acesso à Informação. In: **SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL**. **Anais**, v. 1, p. 14. 2014.

OGP. Open Government Declaration. **Open Government Partnership**. 2011. Disponível em: <<http://www.opengovpartnership.org/about/open-government-declaration>> Acesso em: 10 jul. 2016.

OLIVEIRA, E. S.; PINTO, C. E. C.; AZEVEDO, M. M. Dados abertos governamentais: uma forma de a sociedade contribuir e participar na discussão e resolução de problemas; Sistemas produtivos: da inovação à sustentabilidade; In: VIII WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DO CENTRO PAULA SOUZA. **Anais**, São Paulo, p. 622-632, out. 2013.

OPEN DEFINITION. 2015. **The Open Definition**. Disponível em: <<http://opendefinition.org>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL. Quando surgiram os 8 princípios dos dados abertos?. 2015. Disponível em: <<http://br.okfn.org/2015/04/14/>> Acesso em: 15 abr. 2016.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory**. Thousand Oaks: **Sage Publications**. 1998.

W3C. Manual dos dados abertos: desenvolvedores. **Escritório Brasileiro do Consórcio World Wide Web**. 2011. Disponível em: <[http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/manual\\_dados\\_abertos\\_desenvolvedores\\_web.pdf](http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/manual_dados_abertos_desenvolvedores_web.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

ZORZAL, L.; RODRIGUES, G. M. Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de governança. **Biblios: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología**, n. 61, p. 7, 2015.